

LIDERANÇA CAPITALIZAÇÃO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2020

LIDERANÇA CAPITALIZAÇÃO S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2020

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias.

Em função do período de quarentena, imposta pelo cenário de pandemia de Covid-19, a Empresa vem enfrentando dificuldades econômicas, com acentuada queda de arrecadação e, conseqüentemente, apuração de prejuízo ao final do semestre findo em 30 de junho de 2020. Contudo, a Empresa também vem demonstrando resiliência, como poderá ser observado nas Perspectiva e planos da Administração.

Mesmo em um cenário de forte queda da economia a Empresa não teve impactos significativos em sua solvência e vem mantendo um ótimo índice de suficiência de capital em relação ao capital mínimo requerido, conforme pode ser visto na Nota explicativa 22-m e, principalmente, tem resguardado as provisões técnicas devidamente cobertas por sólidas aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais.

Foram adotadas diversas medidas de contenção de gastos, com renegociação de contratos e/ou redução temporária de valores. 75% do quadro de colaboradores estão atuando remotamente (*home office*), salvaguardando assim a exposição a riscos de saúde. A Empresa também aderiu ao disposto no Art. 7º da Lei 14.020/20, promovendo a redução temporária de jornada de trabalho e, conseqüentemente, dos custos de folha de pagamento. Em que pese as medidas adotadas, a Administração vem mantendo todo o quadro de colaboradores, pois acredita que este momento de dificuldades passará, e, quando da retomada da economia, será necessária a experiência e dedicação de todos.

A Empresa encerrou o primeiro semestre de 2020 com ativos totais no montante de R\$ 856.071 mil (R\$ 910.462 mil em 31 de dezembro de 2019), receita bruta de R\$ 122.788 mil (R\$ 277.087 mil em 30 de junho de 2019) e prejuízo acumulado de R\$ 7.305 mil (lucro líquido de R\$ 1.120 mil em 30 de junho de 2019).

Operações de Capitalização

Estabelecendo novas parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face à simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez.

Investimentos

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza modelos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos. Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com margem de segurança.

Os direitos dos clientes, representados pelas provisões técnicas, estão devidamente garantidos por aplicações financeiras, conforme quadro demonstrativo a seguir, em milhares de Reais:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
1 - Provisões técnicas	<u>611.132</u>	<u>650.452</u>
2 - Aplicações financeiras vinculadas à cobertura de reservas	656.362	674.147
3 - Excesso de cobertura (2-1)	<u>45.230</u>	<u>23.695</u>
4 - Aplicações financeiras livres	4.281	5.737
5 - Aplicações financeiras totais (2+4)	<u>660.643</u>	<u>679.884</u>

Distribuição de Lucros e Dividendos

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, para posterior destinação, respeitadas as normas legais aplicáveis.

Perspectivas e Planos da Administração

O ano de 2020 começou com grandes desafios e a Empresa procurou se reinventar para buscar novas alternativas de negócio, sem deixar de lado o foco principal, que é a Tele Sena física.

Com o fechamento do comércio, respeitando a quarentena imposta pelo Governo, a Tele Sena física teve sua comercialização limitada, resultando numa queda significativa de vendas em casas lotéricas e agências dos Correios, exigindo um plano de ação imediato. Neste sentido a Empresa buscou aperfeiçoar o produto transformando o desafio da pandemia em oportunidade para oferecer premiações mais atraentes.

Além das mudanças no próprio produto, agilizamos o processo de divulgação da Tele Sena na plataforma digital, que na ocasião já estava à venda, mas não havia sido massivamente comunicado por meio de propaganda. Com a ajuda da área de Tecnologia da Informação o *Marketing* passou a aprimorar a mecânica de venda pelo *e-Commerce* e a divulgar tanto nas propagandas televisivas, como também nas redes sociais e nos sorteios.

Outro artifício criado pela Empresa foi o uso de *QR Code* para encurtar o caminho do consumidor em direção ao carrinho de compra da Tele Sena Digital, o qual foi inserido nos comerciais e sorteios a fim de que o consumidor use seu próprio celular para captar o código e ser direcionado diretamente para a área de conversão de venda.

Paralelamente a tudo isso, as áreas de novos negócios e de *e-Commerce* buscaram novas alternativas para expandir os canais de vendas e meios digitais de negócios. Um dos pontos focais foi a implementação por parte da área de *e-Commerce* de um processo de CRM, que funcionará de forma eficiente na tarefa de fidelizar clientes, segmentar comunicação e possibilitar a conversão de novas vendas.

Além disso foram feitas parcerias com *fintechs* de gestão de vendas digitais, permitindo aos nossos clientes comprar a Tele Sena Digital sem sair de casa. Foram disponibilizados em seus aplicativos a venda de nosso produto que impactam a base de clientes com propagandas segmentadas. Outro formato eficiente de venda por meio de POS/TEF, utilizando maquininhas semelhantes às de inserção de crédito de celular em pontos de vendas. Implementado inicialmente em Mato Grosso do Sul, por meio de parceria com empresa que possui a tecnologia na região, com grandes chances de serem expandidas por todo o Brasil.

Ainda na esfera digital, há algum tempo a área de *marketing* trabalha de forma eficiente a comunicação por meio de *Social Media* (*Instagram, Facebook, Twitter, Youtube*), com planos estratégicos de divulgação e penetração na camada que atinge públicos mais jovens, usando *Branding Content* para impactar e conversar com novos consumidores potenciais. Além de potencializar a comunicação estratégica nas mídias digitais, otimizamos a verba total para criar uma estratégia de *performance*, em parceria com uma Agência especializada.

Contudo, além de todo esse plano de ação focado em novas mídias e novos canais de venda, a Diretoria e Vice-Presidência decidiu ingressar com força total na criação de um novo produto para a Empresa, com o intuito principal de abrir o nosso leque de marcas/produtos. Foram acionadas as diversas áreas da nossa Empresa para viabilizar a criação de um produto na modalidade Filantropia Premiável, por meio de um título de capitalização que sorteia prêmios e, principalmente, converte resgate do consumidor em cessão de direitos a entidades assistenciais, reforçando assim o *marketing* social atrelado ao nosso Grupo. Ainda em fase de criação e viabilidade o produto está em fase avançada de conclusão. A previsão é que seja lançado ainda durante o curso do segundo semestre de 2020.

Outras Informações

Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações, a Empresa declara que não houve nenhum acordo de acionistas, havendo alteração da composição acionária, sem mudança do controle acionário direto ou indireto.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, operadores logísticos, fornecedores, prestadores de serviços, demais empresas do Grupo Silvio Santos e principalmente aos nossos funcionários, os quais tem demonstrado, nos momentos de grandes dificuldades, total dedicação à Empresa.

São Paulo, 28 de agosto de 2020.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Liderança Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis intermediárias da Empresa incluem valores correspondentes ao semestre e exercício findos em 30 de junho de e 31 de dezembro de 2019, respectivamente, , apresentados para fins de comparação. Esses valores correspondentes, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 28 de agosto de 2019 e 27 de fevereiro de 2020 , respectivamente, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias e o relatório do auditor independente

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2020.

Liderança Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante		722.119	782.255	Circulante		641.071	694.319
Disponível	4	897	856	Contas a pagar		22.331	33.216
Caixa e bancos		897	856	Obrigações a pagar	13	12.866	25.355
Equivalente de caixa	4	5.872	-	Impostos e encargos sociais a recolher		2.410	3.548
Aplicações	5	660.643	679.884	Encargos trabalhistas		3.963	2.620
Créditos das operações de capitalização	6	48.391	91.505	Impostos e contribuições		2.903	1.498
Créditos das operações de capitalização		48.391	91.505	Outras contas a pagar		189	195
Títulos e créditos a receber		3.183	8.286	Débitos de operações com capitalização	14	7.572	10.642
Títulos e créditos a receber	7	693	4.576	Débitos operacionais		7.572	10.642
Créditos tributários e previdenciários	8	1.021	3.376	Depósitos de terceiros		36	9
Outros créditos	9	1.469	334	Provisões técnicas - Capitalização	15	611.132	650.452
Outros valores e bens		329	326	Provisão para resgates		559.444	596.157
Bens à venda		320	320	Provisão para sorteio		38.452	40.646
Outros valores		9	6	Provisão administrativa		13.236	13.649
Despesas antecipadas	10	2.804	1.398	Passivo não circulante		10.185	9.996
Ativo não circulante		133.952	128.207	Outros débitos		10.185	9.996
Realizável a longo prazo		53.362	47.732	Provisões judiciais	16	10.185	9.996
Títulos e créditos a receber		53.362	47.732	Patrimônio líquido	17	204.815	206.147
Créditos tributários e previdenciários	8	30.649	25.264	Capital social		181.270	175.763
Depósitos judiciais e fiscais	16	22.713	22.468	Reservas de capital		557	557
Investimentos	11	71.590	71.590	Reservas de lucros		30.765	30.765
Participações societárias		3.033	3.033	Ajustes com títulos e valores mobiliários		(472)	(938)
Imóveis destinados à renda		68.557	68.557	Prejuízos acumulados		(7.305)	-
Imobilizado	12	7.325	7.433				
Imóveis de uso próprio		5.798	5.798				
Bens móveis		1.452	1.498				
Outras imobilizações		75	137				
Intangível	12	1.675	1.452				
Outros intangíveis		1.675	1.452				
Total do ativo		856.071	910.462	Total do passivo e do patrimônio líquido		856.071	910.462

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida com títulos de capitalização		61.394	138.543
Arrecadação com títulos de capitalização		122.788	277.087
Variação da provisão para resgate		(61.394)	(138.544)
Variação das provisões técnicas	18-a	413	(2.341)
Resultado com sorteios	18-b	(9.201)	(20.437)
Custos de aquisição	18-c	(69.977)	(114.091)
Outras receitas e despesas operacionais	18-d	21.316	19.646
Outras receitas operacionais		26.658	24.368
Outras despesas operacionais		(5.342)	(4.722)
Despesas administrativas		(24.638)	(32.720)
Pessoal próprio		(18.227)	(18.719)
Serviços de terceiros		(3.383)	(5.625)
Localização e funcionamento		(2.669)	(3.183)
Publicações		(119)	(147)
Donativos e contribuições		(50)	(56)
Despesas administrativas diversas	18-e	(190)	(4.990)
Despesas com tributos	18-f	(4.350)	(7.395)
Resultado financeiro		10.243	19.180
Receitas financeiras	18-g	12.317	21.165
Despesas financeiras	18-h	(2.074)	(1.985)
Resultado patrimonial		1.428	1.464
Receitas com imóveis de renda		1.428	1.464
Resultado operacional		(13.372)	1.849
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	18-i	371	4.057
Resultado antes de impostos e participações		(13.001)	5.906
Imposto de renda	19	3.560	(2.923)
Contribuição social	19	2.136	(1.863)
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre		(7.305)	1.120
Quantidade de ações		204.825	198.602
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação		(35,66)	5,64

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis i

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre	(7.305)	1.120
Resultados abrangentes	466	(108)
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	777	(180)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	(311)	72
Resultado abrangente total	<u>(6.839)</u>	<u>1.012</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Redução de capital em aprovação	Reservas			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
			De capital	Legal	De lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	273.323	(97.560)	557	21.092	4.912	(530)	-	201.794
Redução de capital AGO/E 13/12/2018 Portaria SUSEP/DIORG N° 1235, de 11 de fevereiro de 2019	(97.560)	97.560	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(108)	-	(108)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	1.120	1.120
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>175.763</u>	<u>-</u>	<u>557</u>	<u>21.092</u>	<u>4.912</u>	<u>(638)</u>	<u>1.120</u>	<u>202.806</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	175.763	-	557	21.779	8.986	(938)	-	206.147
Aumento de capital AGO/E 16/03/2020 Portaria SUSEP/CGRAT N° 475, de 10 de agosto de 2020	5.507	-	-	-	-	-	-	5.507
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	466	-	466
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	(7.305)	(7.305)
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>181.270</u>	<u>-</u>	<u>557</u>	<u>21.779</u>	<u>8.986</u>	<u>(472)</u>	<u>(7.305)</u>	<u>204.815</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2020	2019
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre	(7.305)	1.120
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	382	446
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(1.655)	1.508
Variação das provisões técnicas	50.937	139.911
Outros ajustes	462	(108)
Lucro líquido ajustado	42.821	142.877
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros		
I - Valor justo por meio do resultado	(1.180)	177
II - Disponíveis para venda	20.421	(8.894)
Créditos das operações de capitalização	44.769	(49.060)
Créditos fiscais e previdenciários	(3.030)	1.029
Depósitos judiciais e fiscais	(245)	(290)
Despesas antecipadas	(1.406)	2.322
Outros ativos	2.748	370
Fornecedores	(4.258)	9.473
Impostos e contribuições	267	4.232
Outras contas a pagar	756	81
Débitos de operações com capitalização	(3.070)	6.046
Depósitos de terceiros	27	1
Provisões técnicas - capitalização	(90.256)	(100.287)
Provisões judiciais	189	(2.093)
Outros passivos	-	(1.086)
Caixa gerado nas operações	8.553	4.898
Impostos sobre lucros pagos	-	(3.535)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	8.553	1.363
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(153)	(238)
Intangível	(344)	(5)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(497)	(243)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.143)	(855)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(2.143)	(855)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.913	265
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	856	397
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6.769	662

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo-SP, opera na colocação de títulos de capitalização denominados “Tele Sena”. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de operadores logísticos em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Os títulos são emitidos de acordo com as normas Resolução CNSP nº 384 de 9 de junho de 2020 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob a natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo. O controlador em última instância é o Sr. Senhor Abravanel.

Composição acionária

Acionista	Silvio Santos Participações S.A.		Liderança Capitalização S.A.	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	-	-	204.824	99,9995%
Senor Abravanel	5.230.796.443	98,0894%	-	-
Henrique Abravanel	101.887.137	1,9106%	1	0,0005%
Total	5.332.683.580	100,00%	204.825	100,00%

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações contábeis intermediárias, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações e os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária.

A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis intermediárias pela Diretoria foi realizada em 28 de agosto de 2020.

a. Base para mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Outros valores e bens mensurados ao valor de custo.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias; (ii) as informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil.

- Nota 5 – Aplicações financeiras
- Nota 6-a – Créditos das operações de capitalização
- Nota 8 – Créditos tributários
- Nota 15 – Provisões técnicas
- Nota 16 – Provisões judiciais

3 Principais práticas contábeis adotadas

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários à vista em moeda nacional e outros ativos financeiros sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e conseqüentemente refletidas as vendas e despesas efetivas.

c. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

- **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Créditos das operações com capitalização", decrescidos de qualquer perda no valor recuperável.

Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir ou não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.

Valor justo

Os títulos classificados como “valor justo por meio do resultado” e “disponíveis para venda” são mensurados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

d. Créditos das operações de capitalização

Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos operadores logísticos durante o seu período de comercialização.

No que se refere à redução ao valor recuperável de créditos com títulos de capitalização, a provisão é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, que consiste no provisionamento de títulos vencidos acima de 60 dias, bem como para títulos a serem cancelados, tomando-se por base estudo retrospectivo e prospectivo, por campanha, líquido dos custos de carregamentos e efeitos tributários.

e. Despesas antecipadas

Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não se iniciou até a data de fechamento do balanço.

f. Outros valores e bens

Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia.

g. Investimentos

Investimentos em coligadas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em receitas e despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas.

Imóveis destinados à renda

Correspondem substancialmente ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação em pagamento parcial de dívida, no montante de R\$ 68.030 mensurado pelo seu valor de custo. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota Explicativa nº 11.

h. Imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

Bens móveis	5 a 10 anos
Outras imobilizações	25 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício.

Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação.

i. Passivo circulante e não circulante

Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 (no semestre) para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no semestre findo em 30 de junho de 2020, pelo regime de tributação pelo lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data base das demonstrações contábeis intermediárias e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

k. Provisões judiciais

As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

l. Provisões técnicas

São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- **Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização “Tele Sena”, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,16% ao mês, com prazo de vencimento de um ano.
- **Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização “Tele Sena” definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.

- **Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
- **Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.
- **Provisão para despesas administrativas (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização “Tele Sena” definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como “provisões administrativas”.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	80	83
Bancos	817	773
Contratos de opção - Ouro (*)	5.872	-
	6.769	856

(*) Contratos de opção de ouro são negociados para pagamento de prêmios de sorteios promocionais e são liquidados em curtíssimo prazo. Este ativo financeiro é reconhecido ao valor justo por meio do resultado, tomando-se por base a cotação do grama de ouro na bolsa de valores B3.

5 Aplicações financeiras

	2020						2019			
	Custo atualizado	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Ajuste a valor de mercado	Valor contábil	% da carteira	Valor contábil	% da carteira
I - Valor justo por meio do resultado	63.405	63.405	-	-	-	-	63.405	9,60%	62.226	9,15%
Fundos de renda fixa abertos	63.405	63.405	-	-	-	-	63.405		62.226	
II - Disponíveis para venda	596.546	(96)	436.653	95.061	64.832	788	597.238	90,40%	617.658	90,85%
Fundos exclusivos de títulos públicos	596.546	(96)	436.653	95.061	64.832	788	597.238		617.658	
LFT - Letras financeiras do tesouro	153.491	-	5.327	95.061	53.103	(75)	153.416		184.454	
LTN - Letras do tesouro nacional	10.302	-	-	-	10.302	703	11.005		5.863	
NTN - Notas do tesouro nacional	1.427	-	-	-	1.427	160	1.587		3.711	
Operações compromissadas (*)	431.326	-	431.326	-	-	-	431.326		423.676	
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	-	(96)	-	-	-	-	(96)		(46)	
Total	659.951	63.309	436.653	95.061	64.832	788	660.643	100,00%	679.884	100,00%

(*) As operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos, as quais estão custodiadas por meio de instituições financeiras.

Os ativos estão segregados de acordo com os vencimentos contratuais mas possuem liquidez imediata para fazer face às obrigações nas respectivas datas de pagamento.

Alocação por Administrador/Instituição Financeira

	2020	2019
Fundos de renda fixa abertos		
Caixa Econômica Federal	63.405	62.226
	63.405	62.226
Fundos exclusivos de títulos públicos		
Caixa Econômica Federal	271.201	265.865
Banco Bradesco S.A.	125.031	154.393
Banco do Brasil S.A.	201.006	197.400
	597.238	617.658

Movimentação das aplicações financeiras nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

	Saldos				Ajuste a	
	em 2019	Aplicações	Resgates	Rendimentos	valor justo	Saldos em 2020
Fundos de renda fixa abertos	62.226	-	-	1.179	-	63.405
Fundos exclusivos de títulos públicos	617.658	39.675	(71.720)	10.849	776	597.238
Total	679.884	39.675	(71.720)	12.028	776	660.643

	Saldos				Ajuste a	
	em 2018	Aplicações	Resgates	Rendimentos	valor justo	Saldos em 2019
Fundos de renda fixa abertos	62.051	-	(2.000)	1.823	-	61.874
Fundos exclusivos de títulos públicos	604.251	56.480	(66.175)	18.769	(180)	613.145
Total	666.302	56.480	(68.175)	20.592	(180)	675.019

Rentabilidade da carteira

Em 30 de junho de 2020, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos totalizou R\$ 12.028 e R\$ 776 de ajuste a valor de mercado positivo, (R\$ 20.592 e R\$ 180 de ajuste a valor de mercado negativo em 2019). Essa rentabilidade representa 108,96% (100,86% em 2019) do CDI que foi de 1,75%, acumulado no semestre findo em 30 de junho de 2020 (3,07% em 2019).

Instrumentos financeiros – Derivativos

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos derivativos, por meio dos fundos exclusivos, destinados à proteção dos riscos a que estão expostos os investimentos, conforme determina a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015. A administração destes riscos é efetuada por meio de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

Os principais instrumentos derivativos utilizados são contratos futuros de juros, negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Em 30 de junho de 2020, a Empresa possuía operações de futuro com o objetivo de troca de rentabilidade de operações prefixadas para remuneração pela variação dos depósitos interfinanceiros (DI). As diferenças de taxas são liquidadas diariamente.

Contrato	Posição	Vencimento	Quantidade	Ajuste a	
				Valor de mercado	receber/ (pagar)
Futuro - DI1 N21	Comprada	02/03/2020	185	18.072	4
Futuro - DI1 F21	Vendida	04/01/2021	(365)	(35.229)	-
Futuro - DI1 F22	Comprada	03/01/2022	263	25.183	11

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** – *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2020			2019		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativo financeiro						
Valor justo por meio do resultado	-	63.405	63.405	-	62.226	62.226
Disponíveis para venda	597.238	-	597.238	617.658	-	617.658
Total	597.238	63.405	660.643	617.658	62.226	679.884

Aplicações financeiras – Cobertura de reservas

As aplicações financeiras e os ativos utilizados para cobertura das reservas técnicas em 30 de junho de 2020 e 2019 estão representados pelo quadro abaixo:

	2020	2019
Ativos garantidores vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	656.362	674.147
Total vinculado	656.362	674.147
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	4.281	5.737
Total de aplicações livres	4.281	5.737
Total	660.643	679.884
Provisões técnicas (Nota 15)	611.132	650.452
Aplicações financeiras - Recursos livres	49.511	29.432
Excesso de cobertura	45.230	23.695
Aplicações financeiras livres	4.281	5.737

6 Créditos das operações de capitalização

a. Créditos a receber de operadores logísticos por vencimento

	2020	2019
A vencer	46.222	88.257
Vencidos	54	4.394
(-) Provisão para perdas (*)	(578)	(2.233)
	45.698	90.418
Valores em trânsito		
Tele Senas em trânsito	2.457	716
Prêmios - pagamentos em trânsito	200	93
Resgates a confirmar	36	278
	2.693	1.087
	48.391	91.505

(*) A Empresa constitui provisão para perdas com base na expectativa de títulos a serem cancelados, tomando-se por base estudo retrospectivo e prospectivo, por campanha, líquido dos custos de carregamentos e efeitos tributários.

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber

	2020	2019
Saldos no início do semestre	91.505	28.685
Arrecadação com títulos de capitalização	122.788	277.087
Brindes e furtos	(36)	(106)
Eventos diversos	2.092	2.067
Recebimentos	(167.380)	(229.763)
Provisão para perdas	(578)	(1.733)
Saldos no final do semestre	48.391	76.237

7 Títulos e créditos a receber

	2020	2019
Créditos de capitalização a receber	7.032	7.050
Antecipações de resgates	-	4.312
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.017)	(7.017)
Aluguéis a receber	678	231
	693	4.576

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por operadores logísticos os quais estão sendo cobrados judicialmente.

8 Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2020	2019
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar	571	875
Créditos de contribuição social a compensar	450	2.496
Outros	-	5
	1.021	3.376
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	2.743	2.890
Contribuição social	1.645	1.734
	4.388	4.624
Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (b)		
Imposto de renda	16.413	12.900
Contribuição social	9.848	7.740
	26.261	20.640
	30.649	25.264

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 16). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2020			2019		
	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social
Diferenças temporárias						
PIS/COFINS	8.870	2.217	1.330	8.828	2.207	1.324
Processos cíveis	1.026	257	154	890	223	134
Processos trabalhistas	268	67	40	257	64	39
Contingência IPTU	21	5	3	21	5	3
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para venda	787	197	118	1.563	391	234
	10.972	2.743	1.645	11.559	2.890	1.734

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias está representada, conforme quadro a seguir:

Período	Créditos tributários			
	Base dos créditos tributários	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	%
2020	651	162	98	5,93%
2021	143	36	21	1,30%
2022	9.039	2.260	1.356	82,38%
2023	175	44	26	1,60%
2024	964	241	144	8,79%
Total	10.972	2.743	1.645	100,00%

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A Empresa possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 65.651 (R\$ 54.616 em 30 de junho de 2019) e constituiu crédito tributário no valor de R\$ 26.261 (R\$ 21.846 em 30 de junho de 2019).

	2020			2019		
	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Créditos tributários Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Créditos tributários Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Saldos no início do semestre	51.600	12.900	7.740	57.729	14.432	8.660
Compensação (Nota 19)	-	-	-	(2.191)	(548)	(329)
Prejuízo fiscal exercício 2020	14.051	3.513	2.108			
Compensação de tributos períodos anteriores (IR/CS) (Nota 19)	-	-	-	(922)	(231)	(138)
Saldos no final do semestre	65.651	16.413	9.848	54.616	13.653	8.193

A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os próximos exercícios.

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa está representada, conforme quadro a seguir:

Projetado				
Período	Prejuízo fiscal e base negativa da		Contribuição social	
	CSLL	Imposto de renda diferido	diferida	%
2020	3.079	770	462	4,68%
2021	5.584	1.396	838	8,51%
2022	5.244	1.311	787	7,99%
2023	8.185	2.046	1.228	12,47%
2024	5.523	1.381	828	8,41%
2025	7.569	1.892	1.135	11,53%
2026	9.262	2.315	1.389	14,11%
2027	12.142	3.036	1.821	18,50%
2028	9.063	2.266	1.360	13,80%
Total	65.651	16.413	9.848	100,00%

Durante o primeiro semestre de 2020 a Empresa apurou prejuízo fiscal, não sendo, desta forma, possível a compensação de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Os valores de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social compensados até o semestre findo em 30 de junho de 2020 totalizaram R\$ 117.028 (R\$ 117.028 até 31 de dezembro de 2019). Comparados aos valores projetados, representam seus respectivos 198,64% (203,73% até 31 de dezembro de 2019) conforme apresentado abaixo:

Período	Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social		%
	Projetado	Realizado	
2015	12.023	14.546	120,98%
2016	15.899	7.289	45,85%
2017	14.646	47.983	327,62%
2018	11.865	41.081	346,24%
2019	3.111	6.129	197,01%
2020	1.370	-	0,00%
Total	58.914	117.028	198,64%

9 Outros créditos

Referem-se, principalmente, a adiantamentos efetuados, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamentos a funcionários	957	313
Adiantamentos a fornecedores	10	5
Outros adiantamentos	502	16
	<u>1.469</u>	<u>334</u>

10 Despesas antecipadas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prestação de serviços a apropriar	1.285	96
Propaganda e publicidade a apropriar	1.028	1.266
Outras	491	36
	<u>2.804</u>	<u>1.398</u>

11 Investimentos

	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Imóveis urbanos destinados a renda.	Total 2020	Total 2019
Total de ativos	40.676			
Total de passivos	19.169			
Capital social	25.030			
Patrimônio líquido	21.507			
Número de quotas possuídas	3.530.220			
Participação societária	14,10%			
Saldo dos investimentos no final do semestre	<u>3.033</u>	<u>68.557</u>	<u>71.590</u>	<u>71.590</u>

Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida, um imóvel avaliado em R\$ 68.030. Anualmente é efetuado teste de *impairment* por escritório especializado, utilizando o método evolutivo, não sendo apurada nenhuma perda no investimento.

Trata-se de um imóvel comercial, tipo galpão de uso geral médio, localizado no Município de Osasco – SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., com geração de receita de R\$ 1.159 no semestre findo em 30 de junho de 2020 (R\$ 1.208 em 2019).

Em linha com o CPC nº 28 - Propriedade para Investimento, encontra-se classificado para imóveis destinados à renda, o valor contábil correspondente a 4 salas do imóvel pertencente à Empresa, localizado na Av. Marechal Camara,160 – RJ, destinadas à locação.

12 Imobilizado e intangível

					<u>Totais</u>	
	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações (a)	Intangível (b)	2020	2019
Saldo no início do semestre						
Custo	17.924	8.341	137	3.594	29.996	29.663
(-) Depreciação acumulada	(12.126)	(6.843)	-	(2.142)	(21.111)	(20.665)
Saldo contábil líquido	5.798	1.498	137	1.452	8.885	8.998
Aquisições	-	15	138	344	497	243
Baixas/transferências	-	191	(200)	9	-	-
(-) Depreciação	-	(252)	-	(130)	(382)	(446)
Saldo contábil líquido no final do semestre	5.798	1.452	75	1.675	9.000	8.795
		10% a		20% a		
Taxas anuais de depreciação	4%	20%	4%	33,33%		

(a) Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a outras imobilizações em curso.

(b) Os montantes registrados na rubrica "Intangível" referem-se a marcas e patentes, softwares, e outros intangíveis em andamento (projetos para desenvolvimento de sistemas para uso interno). As licenças de uso de softwares e os sistemas desenvolvidos para uso interno estão sendo amortizadas com vida útil estimada entre três e cinco anos. O intangível é registrado quando existe segurança na mensuração do custo e comprovado se irá gerar benefícios econômicos futuros para a Empresa.

13 Obrigações a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores	11.942	16.282
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	7.650
Participação sobre resultados a pagar	841	1.423
Outras	77	-
	<u>12.866</u>	<u>25.355</u>

14 Débitos de operações com capitalização

	2020	2019
Comissões sobre venda de títulos	6.475	10.642
Resgates em trânsito	1.097	-
	7.572	10.642

15 Provisões técnicas

As movimentações das provisões técnicas nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 foram:

	Provisão						2020	2019
	Matemática para capitalização	Para resgate	Para sorteios a realizar	Para comple- mentação de sorteios	Para sorteios a pagar	Para despesas adminis- trativas		
Saldos no início do semestre	259.656	336.501	4.317	-	36.329	13.649	650.452	604.515
Constituições	162.400	-	23.753	-	6.661	1.388	194.202	263.820
Cancelamentos	(101.006)	-	(10.066)	-	(10.050)	-	(121.122)	(101.451)
Atualização monetária e juros	1.888	102	20	-	(1)	-	2.009	1.415
Pagamentos de resgates e sorteios	(9)	(79.873)	-	-	(10.375)	-	(90.257)	(100.288)
Prescrições	-	(20.250)	-	-	(875)	-	(21.125)	(22.767)
Reversões	-	35	-	-	(1.261)	(1.801)	(3.027)	(1.105)
Transferências	(136.359)	136.359	(16.433)	-	16.433	-	-	-
Saldos no final do semestre	186.570	372.874	1.591	-	36.861	13.236	611.132	644.139

16 Provisões judiciais

As provisões judiciais são constituídas para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos referidos processos. A avaliação quanto à probabilidade de perda das ações é realizada pelos advogados que patrocinam as causas, levando em conta seu histórico de resultados, bem como as alterações das jurisprudências aplicáveis.

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2020	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2020
PIS/COFINS (a)	8.828	-	-	42	8.870	9.121	-	-	75	9.196
Contribuição social (b)	-	-	-	-	-	12.595	-	-	160	12.755
Trabalhista (c)	257	-	-	11	268	174	2	-	5	181
Cíveis (d)	890	129	(5)	12	1.026	123	4	(7)	4	124
Processos administrativos (e)	-	-	-	-	-	453	-	-	4	457
Outros	21	-	-	-	21	2	-	(2)	-	-
Total	9.996	129	(5)	65	10.185	22.468	6	(9)	248	22.713

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2019
PIS/COFINS (a)	10.605	-	-	325	10.930	8.888	-	-	120	9.008
Contribuição social (b)	-	-	-	-	-	12.096	-	-	257	12.353
Trabalhista (c)	643	3	(368)	23	301	190	165	(293)	10	72
Cíveis (d)	2.972	841	(2.975)	55	893	114	3.421	(3.453)	38	120
Processos administrativos (e)	-	-	-	-	-	429	-	-	13	442
Outros	92	-	-	3	95	2	12	-	-	14
Total	14.312	844	(3.343)	406	12.219	21.719	3.598	(3.746)	438	22.009

Classificação de risco das ações judiciais

Contingências	2020				2019
	Provável	Possível	Remota	Total	Total
PIS/COFINS (a)	8.870	1.643	-	10.513	10.930
Trabalhista (c)	268	26.381	-	26.649	25.348
Cíveis (d)	1.026	3.027	2.097	6.150	6.185
Processos administrativos (e)	-	16.094	206	16.300	18.850
Outros	21	199	10	230	95
Total	10.185	47.344	2.313	59.842	61.408

a. PIS/COFINS

A Empresa ingressou com Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada, processo nº 98.0040015-0 (nº novo 0040015-93.1998.4.03.6100), com a finalidade de poder recolher as contribuições ao PIS - Programa de Integração Social com base nas Emendas Constitucionais nº 1/94 e nº 17/97, ou seja, com a alíquota de 0,75% incidente sobre a receita bruta operacional (faturamento), se ocorrer, afastando a incidência do disposto na Medida Provisória nº 517/94 e suas reedições. O feito encontra-se sobrestado desde 28 de junho de 2012, em face de repercussão geral, reconhecida pelo Ministro Luiz Fux, em 6 de fevereiro de 2012, no Recurso Extraordinário nº 609.096 e, deverá aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal. Em face dessa circunstância e, tendo em vista que a tese continua favorável ao contribuinte, os assessores jurídicos classificam o risco como possível. A Empresa constituiu provisão no montante de R\$ 8.870 (R\$ 8.828 em 2019).

b. Contribuição social

A Empresa discutia a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramitava na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanecia provisionada sob o conceito de obrigação legal. Com a promulgação da Lei nº 13.169/2015, a Empresa passou a discutir a majoração da alíquota da contribuição social para 20%. O mandado de segurança tramitava na 5ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo/Capital sob nº 0017324-89.2015.403.6100, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 20%, ou seja, 11% permanecia provisionada sob o conceito de obrigação legal.

Todavia, em recente revisão do procedimento, constatou-se que a tese em questão não tem encontrado respaldo perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região e que também não foi acolhida pelos Tribunais Superiores, o que levou a Empresa a desistir do pleito, tanto em primeira, quanto em segunda instância, na data de 31 de agosto de 2017 (protocolo de 04 de setembro de 2017).

Os valores depositados, após a transferência para a Fazenda Nacional, serão levantados pela Empresa.

c. Trabalhista

Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica “Provisões judiciais” classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

d. Cíveis

A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

e. Processos administrativos

A Empresa responde por processos, em fase administrativa, conforme descritos abaixo:

- Processo nº 16327.903170/2017-51 (Ação anulatória nº 5017521-51.2-18.4.03.6100) que discute suposta falta de recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte da competência de 11/2016, encontra-se com exigibilidade suspensa, em face de depósito judicial na íntegra efetuado para garantia em juízo e com ampla possibilidade de êxito;

- Processo nº 16327.002068/2005-01 que discute a não retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre serviços prestados pela Caixa Econômica Federal e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com ampla possibilidade de êxito, tendo em vista que aquelas empresas declaram o tributo em sua contabilidade (sendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos imune) e a decisão favorável obtida junto ao CARF, estando o feito aguardando julgamento de recurso voluntário impetrado pela Receita Federal do Brasil;

- Processo nº 10855.723463/2018-83 lavrado com o intuito de cobrar supostos débitos previdenciários decorrentes do não recolhimento de contribuição previdenciária sobre os valores pagos em razão de contrato de cessão de imagem e voz com ampla possibilidade de êxito, dado que se trata de cessão de direitos personalíssimos.

- Processo nº 16327.720703/2015-08, supostas irregularidades na apuração da base de cálculo do PIS e da COFINS. Levando em consideração a jurisprudência vigente sobre a discussão, há argumentos de defesa suficientes para cancelar integralmente os autos de infração, conforme parecer dos nossos assessores jurídicos externos e internos.

- Processo nº 5001615-50.2020.4.03.6100, mandado de segurança requerendo a suspensão da contribuição previdenciária patronal, da contribuição ao SAT/RAT ajustada pelo FAP e das contribuições destinadas a terceiras entidades sobre o valor integral determinados benefícios (transporte, alimentação, assistência médica, Previdência Privada e Seguro de Vida). Pedido liminar concedido, em parte, a fim de

determinar a autoridade impetrada se abstenha de exigir a contribuição previdenciária cota patronal incidente sobre: a) vale-alimentação quando pago in natura; b) vale-transporte em pecúnia ou não; c) assistência médica; d) previdência privada; e) seguro de vida).

A Administração de Empresa entende que tais processos não decorrem de uma obrigação legal constituída, e não constitui provisão.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 204.825 (198.602 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 181.270 (R\$ 175.763 em 31 de dezembro de 2019).

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 16 de março de 2020, foi aprovada, pelos acionistas, o aumento do capital social no montante de R\$ 5.507, correspondente a 6.223 ações ordinárias nominativas.

b. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, o acionista Silvio Santos Participações S.A. utilizou o saldo a receber de juros sobre o capital próprio disponibilizado no exercício social de 2019, no montante de R\$ 5.507, para integralização do aumento de capital social, conforme descrito na Nota explicativa 17-a.

c. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76.

A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.

Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

18 Detalhamento das contas de resultado

a. Variação das provisões técnicas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Variação da provisão para complementação de sorteios:		
Constituições (Nota 15)	-	(1.563)
Variação da provisão para despesas administrativas:		
Constituições (Nota 15)	(1.388)	(1.338)
Reversões (Nota 15)	1.801	560
	<u>413</u>	<u>(2.341)</u>

b. Resultado com sorteios

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Variação da provisão para sorteios:		
Constituições (Nota 15)	(30.414)	(34.519)
Cancelamentos (Nota 15)	20.116	13.595
Reversões (Nota 15)	1.261	569
Despesas com títulos sorteados	(164)	(82)
	<u>(9.201)</u>	<u>(20.437)</u>

c. Custos de aquisição

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Corretagem	(22.667)	(44.707)
Despesas de vendas	(7.322)	(11.280)
Publicidade e propaganda	(39.988)	(58.104)
	<u>(69.977)</u>	<u>(114.091)</u>

d. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas com prescrição de exigibilidades	19.984	21.781
Outras receitas com operação de capitalização	6.674	2.587
Perdas na recuperação de créditos	(5.014)	(4.080)
Furtos de Tele Senas	(8)	(65)
Outras despesas	(320)	(577)
	<u>21.316</u>	<u>19.646</u>

e. Despesas administrativas diversas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Condenações judiciais (*)	(20)	(3.821)
Provisão de contingências judiciais cíveis (Nota 16)	(129)	(841)
Provisão de contingências judiciais trabalhistas (Nota 16)	-	(3)
Multas e infrações	(32)	(291)
Despesas não detutíveis	(6)	(6)
Despesas diversas	(3)	(28)
	<u>(190)</u>	<u>(4.990)</u>

- (*) Condenações judiciais decorrentes de pagamentos efetuados, apenas transitam em contas de resultados devido às exigências legais de escrituração fiscal tendo sua contra partida à rubrica Ganhos ou perdas com ativos não correntes (Nota 18-i), não afetando diretamente o resultado líquido.

f. Despesas com tributos

	2020	2019
COFINS	(3.265)	(5.904)
PIS	(530)	(921)
Outros	(555)	(570)
	(4.350)	(7.395)

g. Receitas financeiras

	2020	2019
Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio do resultado	1.180	1.823
Disponíveis para venda	10.849	18.768
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 16)	248	438
Outras	40	136
	12.317	21.165

h. Despesas financeiras

	2020	2019
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (Nota 15)	(2.009)	(1.415)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 16)	(65)	(406)
Outras	-	(164)
	(2.074)	(1.985)

i. Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	2020	2019
Reversão de provisões judiciais cíveis (Nota 16) (*)	5	2.975
Reversão de provisões judiciais trabalhistas (Nota 16) (*)	-	368
Reversão de provisões operacionais	27	181
Recuperação de despesas	338	530
Outros ganhos	1	3
	371	4.057

- (*) Reversão de provisões judiciais decorrentes de pagamentos efetuados, apenas transitam em contas de resultados devido às exigências legais de escrituração fiscal, não afetando diretamente o resultado líquido.

19 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 30 de junho de 2020 e 2019, estão assim demonstrados:

Liderança Capitalização S.A.
Demonstrações contábeis intermediárias
em 30 de junho de 2020

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e participações	(13.001)	(13.001)	5.906	5.906
Adições	605	605	4.740	4.740
Provisão para contingências (Nota 16)	189	189	1.250	1.250
Redução ao valor recuperável - Operações de capitalização	-	-	1.508	1.508
Doações e patrocínios indedutíveis	4	4	9	9
Despesas indedutíveis	412	412	-	-
Outras	-	-	1.973	1.973
Exclusões	(1.655)	(1.655)	(3.343)	(3.343)
Reversão de provisão para contingências (Nota 16)	-	-	(3.343)	(3.343)
Redução ao valores recuperável - Operações de capitalização	(1.655)	(1.655)	-	-
Lucro/prejuízo fiscal antes das compensações	(14.051)	(14.051)	7.303	7.303
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	(2.191)	(2.191)
Base de cálculo	(14.051)	(14.051)	5.112	5.112
Tributos correntes (IR/CS)	-	-	(1.266)	(767)
Incentivos fiscais dedução	-	-	286	211
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	3.513	2.108	(779)	(467)
Créditos tributários sobre diferenças temporais	47	28	(523)	(314)
Tributos períodos anteriores (IR/CS)	-	-	(641)	(526)
Total de tributos	3.560	2.136	(2.923)	(1.863)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	27,38%	16,43%	38,64%	22,64%

Conciliação dos impostos às alíquotas oficiais incidentes sobre o resultado contábil:

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes de impostos e participações	(13.001)	(13.001)	5.906	5.906
Alíquotas oficiais	25%	15%	25%	15%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	-	-	(1.477)	(886)
Ajustes dos encargos às alíquotas oficiais:				
Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	-	-	(349)	(210)
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	548	329
Ajuste da alíquota adicional do IR	-	-	12	-
Incentivos fiscais	-	-	286	211
Impostos diferidos	3.560	2.136	(1.302)	(781)
Impostos exercícios anteriores	-	-	(641)	(526)
Total dos tributos	3.560	2.136	(2.923)	(1.863)

20 Transações com partes relacionadas

	<u>Ativos/(Passivos)</u>		<u>Receitas/(Despesas)</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(2.218)	(2.232)	(13.352)	(15.165)
Imagem e voz	(6.106)	(11.329)	(13.568)	(30.568)
Custos de aquisição (a)	(8.324)	(13.561)	(26.920)	(45.733)
Serviços compartilhados	(108)	(101)	(638)	(629)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(108)	(101)	(638)	(629)
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	584	187	1.159	1.208
BF Utilidades Domésticas Ltda.	51	2	14	14
Receitas de aluguel (c)	635	189	1.173	1.222
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	7.650	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	7.650	-	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	(15)	-	-
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	(12)	-	-	-
Hotel Jequitimar Ltda.	(6)	(6)	-	-
Outras contas a pagar	(18)	(21)	-	-

- a. Custos de aquisição:** As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de:
- (i) Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa;
 - (ii) Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.
- b. Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados estabelecido com o SBT. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.
- c. Receitas de aluguel:** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber".

- d. **Remuneração do pessoal chave da administração:** O pessoal chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R\$ 2.107 (R\$ 735 em 30 de junho de 2019).

Faltou o parágrafo de outras informações.

21 Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de “Contribuição definida”, e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do “salário de participação” definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No semestre findo em 30 de junho de 2020, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 162 (R\$ 339 em 30 de junho de 2019).

Como medida de prevenção financeira, em função das restrições ocasionadas pela quarentena imposta pela pandemia de Covid-19, a Empresa suspendeu as contribuições ao plano de aposentadoria complementar, de acordo com o item 5.22 do Regulamento do plano, pelo prazo de 90 dias a contar de 1º de abril de 2020.

22 Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

- i.* **Conselho de direção** - Compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos.
- ii.* **Comitê financeiro** - Formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do Grupo Silvio Santos e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.

- / / / .* **Comitê de recursos humanos** - Propõe, examina e acompanha todos os planos, políticas, práticas e processos estratégicos e operacionais relativos aos assuntos de Recursos Humanos das empresas do Grupo Silvio Santos. Aponta diretrizes e premissas que orientam os orçamentos das empresas do Grupo Silvio Santos para o desenvolvimento e aprimoramento de todos colaboradores.

iv. Comitê de tecnologia da informação - Compete manter as atualizações das políticas de Tecnologia da Informação do Grupo Silvio Santos, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo Silvio Santos e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que estejam ou possam estar relacionadas ao risco de fraude e ilícitos semelhantes.

Além das responsabilidades comuns aos funcionários, todos devem respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverão analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o canal interno de comunicação Linha Ética do Grupo Silvio Santos.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei nº 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais e determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei nº 9.613/98.

Operações suspeitas são as que podem configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, de acordo com a Circular SUSEP nº 445/12, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa-fé, conforme previsto no § 2º do artigo 11, da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indício de lavagem de dinheiro, corrupção bem como prevenção a fraudes.

d. Controles internos

A avaliação e monitoramento dos controles internos são geridos pela área de Gestão de Risco e *Compliance*, ligada à Diretoria de Tecnologia e Controles Internos. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do sistema de Auto Avaliação dos Controles Internos.

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Gestão de Risco e *Compliance* da Empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações; f) princípios de prevenção à lavagem de dinheiro; g) processo de prevenção à fraude; h) monitoramento dos processos; e i) comunicação e treinamento. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

A Empresa possui um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a eventos inesperados. O plano é testado e revisado anualmente e contém informações detalhadas de como proceder em caso de acontecimentos inesperados e que possam vir a provocar uma interrupção prolongada nas operações da Empresa e sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais. Possui também uma área de contingência física localizada a cerca de 20 km do espaço principal das operações diárias.

e. Estrutura de Gestão de Riscos

A Empresa implementou uma estrutura de gestão de riscos, que está integrada nas atividades diárias da Empresa e alinhada ao Sistema de Controles Internos. Os riscos são gerenciados em todos os seus níveis, de acordo com a natureza, tamanho e complexidade das nossas atividades.

A diretoria, os gestores de riscos, os gestores das áreas, os auditores internos e, na verdade, qualquer indivíduo dentro de uma organização pode contribuir para a gestão mais eficaz dos riscos corporativos. As áreas responsáveis pela gestão de riscos são compartilhadas com a diretoria, totalmente segregadas das áreas comerciais e independentes da auditoria interna.

O responsável pela gestão de riscos trabalha com outros gerentes para estabelecer um processo de gestão de riscos eficaz em suas áreas de responsabilidade. O profissional responsável por riscos tem a incumbência de monitorar o progresso e ajudar os demais gerentes a comunicar as informações relevantes sobre riscos a seus superiores, subordinados e pares na organização.

No modelo de Três Linhas de Defesa, implantado na Empresa, onde o controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos, as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecida pela gerência são a segunda linha de defesa e a avaliação independente é a terceira. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança da organização.

As informações apresentadas aumentam o nível de transparência de informações e ao mesmo tempo atendem os requerimentos da SUSEP, no que diz respeito a Circular SUSEP nº 517/15 e suas atualizações posteriores.

f. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica e atuarial é realizada internamente com assessoria de um atuário técnico externo, que elabora o parecer atuarial e informa se as provisões técnicas estão adequadamente constituídas. A Auditoria Atuarial é realizada por uma empresa contratada, que apura se as atividades estão de acordo com as regulamentações conforme Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, a substituição dos auditores sucede segundo prazo estabelecido pela SUSEP.

g. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A Empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários.

A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos.

As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem a mitigação do risco de desenquadramento das posições aplicadas. Estas ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos de gestão.

h. Riscos operacionais

A Empresa constituiu e implementou um Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), que compreende o desenvolvimento de controles de identificação, captura e classificação das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e das atualizações a elas associadas, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, para fins de aprimoramento do modelo regulatório de capital de risco baseado no risco operacional.

i. Risco de crédito

A Empresa dispõe sobre critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de crédito, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, onde o risco de crédito pode ocorrer na eventualidade de insolvência dos emissores de ativos financeiros e do não recebimento de valores decorrentes de emissão dos títulos de capitalização.

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo que os títulos emitidos pelo Governo Federal são considerados como risco soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no *portfólio* da carteira, sempre considerando como parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

j. Risco de mercado

No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência do órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das provisões matemáticas.

Esse conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, a Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais.

Atuação no mercado de derivativos constantes na posição, conforme demonstrado na Nota Explicativa 5 – Aplicações Financeiras, são definidos pelos gestores dos fundos exclusivos de investimento, com o objetivo de buscar rentabilidade adicional ao CDI, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa, mantendo a melhor relação possível de retorno *versus* risco.

Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio*, seja direta ou indiretamente atrelada a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superação do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do “pior” retorno dos períodos analisados.

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 91,00% a 101,29% (90,52% a 95,67% em 2019) do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfólio*.

A Empresa implementou ações necessárias para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, sendo desenvolvido um manual metodológico que descreve os detalhes e as técnicas, premissas, procedimentos e critérios de materialidade adotados para estimação dos fluxos de caixas utilizados como base para o cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado.

A Empresa apurou o montante de R\$ 1.852 (R\$ 2.441 em 31 de dezembro de 2019) de capital de risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações.

k. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das provisões técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

Vencimentos	2020				2019			
	Liquidez	Vencimento	%		Liquidez	Vencimento	%	
	Duration 0 dias	Duration 154 dias	líquidez	% Critério	Duration 0 dias	Duration 208 dias	líquidez	% Critério
Sem vencimento	660.643	-	100,00%	0,00%	679.884	-	100,00%	0,00%
De 1 a 30 dias	-	494.635	0,00%	74,87%	-	485.856	0,00%	71,46%
De 61 a 90 dias	-	5.327	0,00%	0,81%	-	-	0,00%	0,00%
De 181 a 365 dias	-	95.049	0,00%	14,39%	-	5.235	0,00%	0,77%
De 366 a 720 dias	-	17.715	0,00%	2,68%	-	149.348	0,00%	21,97%
Acima de 720 dias	-	47.917	0,00%	7,25%	-	39.445	0,00%	5,80%
Total	660.643	660.643	100,00%	100,00%	679.884	679.884	100,00%	100,00%

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 0 dias, com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com provisão matemática com *duration* de 58 dias (78 dias em 31 de dezembro de 2019).

Liquidez da carteira	2020				2019			
	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva
Sem vencimento	660.643	411.324	100,00%	67,32%	679.884	377.147	100,00%	57,99%
De 1 a 30 dias	-	19.699	0,00%	3,23%	-	42.702	0,00%	6,57%
De 61 a 90 dias	-	20.229	0,00%	3,31%	-	22.467	0,00%	3,45%
De 91 a 180 dias	-	78.198	0,00%	12,80%	-	84.330	0,00%	12,96%
De 181 a 365 dias	-	81.682	0,00%	13,37%	-	123.806	0,00%	19,03%
Total	660.643	611.132	100,00%	100,03%	679.884	650.452	100,00%	100,00%

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da provisão matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

Ativo financeiro	2020		2019	
	Valor	Rating	Valor	Rating
Renda fixa público	660.643	AAA	679.884	AAA
Total	660.643		679.884	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento definido	Vencidos		A vencer		2020	2019
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
		ano	de 1 ano	ano	de 1 ano		
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	897	-	-	-	-	897	856
Aplicações (*)	64.097	-	-	531.714	64.832	660.643	679.884
Créditos das operações de capitalização	2.693	54	-	45.644	-	48.391	91.505
Títulos e créditos a receber	-	-	-	693	-	693	4.576
Depósitos judiciais e fiscais	22.713	-	-	-	-	22.713	22.468
Outros créditos	139	-	-	1.330	-	1.469	334
Despesas antecipadas	-	-	-	2.804	-	2.804	1.398
Outros valores e bens	329	-	-	-	-	329	326
Total dos ativos financeiros	90.868	54	-	582.185	64.832	737.939	801.347
Passivos financeiros							
Contas a pagar							
Obrigações a pagar	-	-	-	12.866	-	12.866	25.355
Encargos trabalhistas	-	-	-	3.963	-	3.963	2.620
Outras contas a pagar	-	106	6	77	-	189	195
Débitos com operações de capitalização	-	-	-	7.572	-	7.572	10.642
Depósitos de terceiros	36	-	-	-	-	36	9
Provisões técnicas	13.236	145.526	264.208	188.162	-	611.132	650.452
Provisões judiciais	10.185	-	-	-	-	10.185	9.996
Total dos passivos financeiros	23.457	145.632	264.214	212.640	-	645.943	699.269

I. Risco legal

O monitoramento do risco legal é de responsabilidade do departamento jurídico em conjunto com assessores externos, o risco legal decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa.

m. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	2020	2019		
Ajustes contábeis				
Patrimônio líquido	204.815	206.147		
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	(3.033)	(3.033)		
Despesas antecipadas	(2.804)	(1.398)		
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL	(26.261)	(20.640)		
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(2.076)	(1.527)		
Ativos intangíveis	(1.675)	(1.452)		
Patrimônio líquido ajustado	168.966	178.097		
Ajustes associados à variação dos valores econômicos				
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização	1.881	1.174		
Patrimônio líquido ajustado - total	170.847	179.271		
I - Capital base				
	10.800	10.800		
II - Capital de risco				
	9.881	17.254		
Capital de risco de crédito	4.945	9.143		
Capital de risco de subscrição	2.889	4.932		
Capital de risco operacional	2.280	3.982		
Capital de risco de mercado	1.852	2.441		
Efeito em função da correlação entre os capitais de risco	(2.085)	(3.244)		
Capital mínimo requerido - CMR (Maior entre I e II)	10.800	17.254		
Suficiência de capital	160.047	162.017		
Índice de liquidez em relação ao CR				
Índice de liquidez requerido	20%	1.976	20%	3.451
Índice de liquidez apurado - Excesso de cobertura (Nota 5)	419%	45.230	137%	23.695

23 Eventos subsequentes

Efeitos da pandemia da Covid-19 nas demonstrações contábeis

A Administração da Empresa tem acompanhado atentamente os impactos da Covid-19 nos mercados mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Empresa está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Empresa, tais como os relacionados às estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos da Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020, nem em eventos subsequentes.

* * *

Diretoria

José Maria Corsi

Diretor Superintendente

Henrique Abravanel

Diretor Administrativo-Financeiro

Lourivaldo Tadeu de Souza Lima

Diretor Comercial

Eduardo Kives Ostronoff

Diretor de Tecnologia e Controles Internos

* * *

Agnaldo de Leonardo

Contador CRC 1SP136994/O-0

Heitor Coelho Borges Rigueira

Atuário - Reg. MTb nº 380 - MIBA